



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO ILÍDIO PINHO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 16.388.417,09 euros e um total de fundos patrimoniais positivos de 16.114.794,37 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.965.731,12 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

Conforme vem descrito no Relatório de Atividades e na nota 25.2 do Anexo, a Organização Mundial de Saúde qualificou, no início de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional. Foi ainda declarado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, regulamentado pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias. Obviamente que, tal como vem referido no Boletim de 26 de março de 2020 do Banco de Portugal, a economia portuguesa irá entrar em recessão. Esta situação e a sua evolução terão provavelmente efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2020, não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação e como tal sendo este um evento não ajustável. O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta(s) matéria(s).

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de



que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 1 de Junho de 2020


Anjos & Associados – SROC, Lda
Representada por: Dr. Jónatas de Jesus Margarida
ROC n.º 1037, inscrito na CMVM sob o n.º 20160651



**RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
NA QUALIDADE DE FISCAL ÚNICO**

Exercício de 2019

Exmos. Senhores

- 1 - Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, o Revisor Oficial de Contas na qualidade de fiscal único da **FUNDAÇÃO ILÍDIO PINHO**, submete à apreciação o seu parecer referente ao Relatório de Gestão, ao Balanço, à Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração de alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivo anexo, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2019.
- 2 - Acompanhamos a gestão global da empresa e verificamos o adequado suporte, sob a forma de registos específicos, das Demonstrações Financeiras, tendo emitido a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório.
- 3 - No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - a) O Balanço, as Demonstrações de Resultados por natureza, a Demonstração de alterações de Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respectivo anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
 - c) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos.
- 4 - Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que sejam aprovados:
 - a) O Relatório de Gestão;
 - b) As Demonstrações Financeiras;
 - c) A proposta de aplicação dos resultados

Porto, 1 de Junho de 2020

Anjos & Associados – SROC, Lda.

Representada por: Dr. Jónatas de Jesus Margarida

(ROC nº 1037, inscrito na CMVM sob o nº 20160651)